

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: O CONTRIBUTO DO MICROCRÉDITO E DA INCLUSÃO FINANCEIRA

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Administração e em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente e Pesquisador de Programa de Pós-Graduação “stricto sensu” da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

<http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

<https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

E-mail: adelciomachado@gmail.com

Juliano Giassi Goularti

Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP. Ex-docente da Universidade da Fronteira Sul (UFFS). Bacharel em Ciências Econômicas. Autor do Livro “Política Fiscal e Desoneração Tributária no Brasil”. Assessor legislativo.

<http://lattes.cnpq.br/7543081342478145>

0009-0004-4522-016X

E-mail: jgoularti@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2026.V4N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/BJE-2026.V4N3-02>

RESUMO: O desenvolvimento econômico está diretamente relacionado à ampliação das oportunidades de geração de renda, à redução das desigualdades e ao fortalecimento das capacidades produtivas da população. Nesse contexto, o microcrédito e a inclusão financeira consolidam-se como instrumentos estratégicos para promover o acesso aos serviços financeiros e estimular o empreendedorismo, especialmente entre indivíduos e pequenos empreendedores historicamente excluídos do sistema bancário tradicional. Este artigo teve como objetivo analisar o contributo do microcrédito e da inclusão financeira para o desenvolvimento econômico, considerando seus fundamentos teóricos, sua evolução histórica, seus impactos socioeconômicos e as perspectivas decorrentes da inovação financeira. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de natureza básica, abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, fundamentada em livros, artigos científicos e relatórios de organismos nacionais e internacionais. Os resultados evidenciam que o microcrédito favorece a geração de emprego, renda e inclusão produtiva, enquanto a inclusão financeira amplia o acesso ao crédito, aos meios de pagamento, à poupança e a outros serviços financeiros essenciais. Verificou-se ainda que o avanço das fintechs, da inteligência artificial, do Open Finance e das tecnologias digitais amplia significativamente o potencial de democratização dos serviços financeiros. Conclui-se que a integração entre microcrédito, inclusão financeira e inovação tecnológica fortalece o desenvolvimento econômico sustentável, desde que acompanhada por políticas públicas, educação financeira e marcos regulatórios capazes de assegurar inclusão, segurança e eficiência ao sistema financeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Econômico. Microcrédito. Inclusão Financeira. Fintechs. Inovação Financeira.

ECONOMIC DEVELOPMENT: THE CONTRIBUTION OF MICROCREDIT AND FINANCIAL INCLUSION

ABSTRACT: Economic development is directly associated with the expansion of income-generating opportunities, the reduction of social inequalities, and the strengthening of the population's productive capacities. In this context, microcredit and financial inclusion have become strategic instruments for expanding access to financial services and fostering entrepreneurship, particularly among individuals and small entrepreneurs historically excluded from the traditional banking system. This article aimed to analyze the contribution of microcredit and financial inclusion to economic development by examining their theoretical foundations, historical evolution, socioeconomic impacts, and the prospects arising from financial innovation. The study is characterized as basic bibliographic research with a qualitative approach and a descriptive-analytical design, based on books, scientific articles, and reports from national and international organizations. The findings indicate that microcredit promotes employment generation, income creation, and productive inclusion, while financial inclusion expands access to credit, payment systems, savings, and other essential financial services. Furthermore, the advancement of fintechs, artificial intelligence, Open Finance, and digital technologies significantly enhances the democratization of financial services. It is concluded that the integration of microcredit, financial inclusion, and technological innovation strengthens sustainable economic development, provided that it is supported by public policies, financial education, and appropriate regulatory frameworks capable of ensuring inclusion, security, and efficiency within the financial system.

KEYWORDS: Economic Development. Microcredit. Financial Inclusion. Fintechs. Financial Innovation.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico constitui um dos principais objetivos das nações contemporâneas, estando diretamente relacionado à capacidade de um país em promover crescimento sustentável, redução das desigualdades e melhoria das condições de vida da população. Nesse contexto, o acesso a serviços financeiros e a disponibilidade de crédito assumem papel estratégico, especialmente em economias marcadas por elevados índices de informalidade e exclusão bancária. O microcrédito e a inclusão financeira emergem, assim, como instrumentos fundamentais para a dinamização econômica, ao possibilitarem que indivíduos e pequenos empreendedores tenham acesso a recursos para investir em atividades produtivas, gerar renda e ampliar sua autonomia econômica.

A restrição ao crédito sempre foi um dos principais entraves ao desenvolvimento de pequenos negócios, sobretudo em países em desenvolvimento. A ausência de

garantias reais, a baixa renda e a informalidade dificultam o acesso ao sistema financeiro tradicional, o que perpetua ciclos de pobreza e dependência econômica. Nesse cenário, iniciativas de microcrédito ganharam destaque a partir da segunda metade do século XX, especialmente com experiências pioneiras como a do Grameen Bank, que demonstraram a viabilidade de conceder pequenos empréstimos a populações de baixa renda sem garantias convencionais, mas com elevados índices de impacto social e econômico.

O conceito de inclusão financeira amplia essa discussão ao abranger não apenas o acesso ao crédito, mas também a disponibilidade e o uso de serviços financeiros essenciais, como contas bancárias, meios de pagamento, poupança e seguros. A inclusão financeira é reconhecida por organismos internacionais como um fator determinante para o desenvolvimento econômico, uma vez que fortalece a capacidade de planejamento financeiro das famílias, reduz a vulnerabilidade a choques econômicos e estimula a formalização das atividades produtivas. Além disso, o avanço das tecnologias digitais e das fintechs tem contribuído significativamente para a ampliação desse acesso, reduzindo custos e barreiras geográficas.

Diante disso, este artigo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: de que forma o microcrédito e a inclusão financeira contribuem para o desenvolvimento econômico? Parte-se da hipótese de que a ampliação do acesso ao crédito e aos serviços financeiros promove impactos positivos sobre a geração de renda, o fortalecimento do empreendedorismo e a redução das desigualdades socioeconômicas.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico. O procedimento técnico adotado é a pesquisa bibliográfica, baseada na análise de livros, artigos científicos, relatórios de organismos internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, além de estudos empíricos sobre microfinanças e inclusão financeira. A seleção das fontes foi realizada com base na relevância teórica e atualidade dos estudos, priorizando produções acadêmicas publicadas nos últimos anos, sem excluir obras clássicas fundamentais para a compreensão do tema. A análise dos dados será realizada por meio de interpretação crítica e comparativa da literatura, buscando identificar convergências, divergências e lacunas no debate acadêmico sobre o tema.

Posto isto, o objetivo geral do estudo é analisar o contributo do microcrédito e da inclusão financeira para o desenvolvimento econômico. Especificamente, busca-se: (i) compreender os fundamentos teóricos do desenvolvimento econômico; (ii) discutir a evolução e o papel do microcrédito; (iii) analisar a importância da inclusão financeira; e (iv) identificar os principais impactos e desafios dessas políticas.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CONCEITOS E ABORDAGENS

O desenvolvimento econômico constitui um dos conceitos centrais da Ciência Econômica e das Ciências Sociais Aplicadas, sendo amplamente debatido em razão de sua natureza multidimensional e de sua estreita relação com as transformações estruturais das sociedades. A noção de crescimento econômico, tradicionalmente associada ao aumento quantitativo da produção de bens e serviços mensurada pelo Produto Interno Bruto (PIB), difere-se da compreensão do desenvolvimento econômico, que compreende mudanças qualitativas que envolvem melhorias nas condições de vida da população, expansão das capacidades humanas, redução das desigualdades sociais, fortalecimento institucional e sustentabilidade ambiental (Lewis, 1954). Essa distinção tornou-se particularmente relevante a partir da segunda metade do século XX, quando diferentes correntes teóricas passaram a questionar a suficiência dos indicadores exclusivamente econômicos para mensurar o progresso das nações.

Nas formulações clássicas da Economia, o crescimento da riqueza nacional era frequentemente interpretado como consequência da acumulação de capital, da divisão do trabalho e do aumento da produtividade. Nesse sentido, Adam Smith, em *A riqueza das nações*, argumentava que a especialização do trabalho e a liberdade econômica constituíam elementos essenciais para a expansão da produção e da prosperidade coletiva (Smith, 1776). Posteriormente, David Ricardo aprofundou essa perspectiva ao discutir a distribuição da renda entre salários, lucros e renda da terra como fatores determinantes do crescimento econômico (Ricardo, 1817). Embora esses autores tenham fornecido importantes fundamentos para a compreensão da dinâmica econômica, suas análises concentravam-se predominantemente na expansão da produção, sem contemplar de forma sistemática aspectos relacionados ao bem-estar social, à equidade ou ao desenvolvimento humano.

Ao longo do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a literatura econômica passou a reconhecer que o crescimento do produto nacional não implicava, necessariamente, melhorias sociais abrangentes. Países que apresentavam elevadas taxas de crescimento econômico continuavam convivendo com pobreza, concentração de renda e exclusão social. Essa constatação impulsionou o surgimento de novas abordagens teóricas que passaram a compreender o desenvolvimento econômico como um processo de transformação estrutural da economia e da sociedade. Entre essas contribuições destaca-se Schumpeter (1982), para quem o desenvolvimento decorre fundamentalmente da inovação tecnológica e da capacidade empreendedora. Segundo o autor, o crescimento sustentável resulta da introdução de novos produtos, processos produtivos, mercados e formas organizacionais, fenômeno denominado "destruição criativa", responsável pela renovação contínua do sistema capitalista.

Outra contribuição significativa foi apresentada por Lewis (1954), cuja teoria do desenvolvimento dualista explica a transição das economias tradicionais para economias industrializadas mediante a transferência gradual da força de trabalho do setor agrícola de baixa produtividade para setores urbanos mais produtivos. Essa mudança estrutural possibilitaria ganhos de produtividade, aumento da renda e expansão do mercado consumidor, constituindo uma das bases do desenvolvimento econômico em países periféricos.

No âmbito da Economia do Desenvolvimento, Rosenstein-Rodan (1943), Nurkse (1953) e Hirschman (1958) enfatizaram a necessidade de políticas públicas coordenadas capazes de romper os chamados "círculos viciosos da pobreza". Para esses estudiosos, economias subdesenvolvidas enfrentam limitações estruturais relacionadas à insuficiência de investimentos, baixa produtividade, reduzida formação de capital e mercados internos pouco dinâmicos. Assim, o Estado desempenha papel estratégico na coordenação de investimentos em infraestrutura, educação, crédito e industrialização, criando condições para acelerar o desenvolvimento econômico.

Nas décadas seguintes, a discussão incorporou elementos institucionais e históricos. North (1990) argumenta que o desempenho econômico de longo prazo depende da qualidade das instituições formais e informais que regulam as relações econômicas. Direitos de propriedade bem definidos, segurança jurídica, estabilidade

política e sistemas financeiros eficientes reduzem custos de transação e incentivam investimentos produtivos, favorecendo o crescimento sustentável. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento econômico deixa de ser compreendido apenas como resultado da acumulação de fatores produtivos, passando a depender também da capacidade institucional de promover ambientes favoráveis aos negócios e à inovação.

Uma das mais importantes reformulações conceituais ocorreu com os trabalhos de Amartya Sen, que deslocaram o foco do desenvolvimento econômico para a expansão das liberdades humanas. Para Sen (2010), o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de ampliação das capacidades das pessoas para viver a vida que valorizam, envolvendo acesso à educação, saúde, renda, participação política e oportunidades econômicas. Nessa abordagem, a renda representa apenas um dos instrumentos para alcançar o desenvolvimento, não constituindo seu objetivo final. Assim, políticas voltadas à inclusão social, redução das desigualdades e ampliação das oportunidades tornam-se componentes indispensáveis do processo desenvolvimentista.

Essa concepção influenciou diretamente a elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que passou a incorporar indicadores de expectativa de vida, escolaridade e renda na avaliação do progresso dos países (United Nations Development Programme, 2024). O desenvolvimento econômico, portanto, passou a ser mensurado por indicadores multidimensionais capazes de refletir não apenas a capacidade produtiva das economias, mas também os resultados sociais decorrentes dessa produção.

Outrossim, as discussões recentes têm enfatizado a importância da inclusão financeira como componente do desenvolvimento econômico sustentável. A literatura demonstra que sistemas financeiros inclusivos promovem maior eficiência na alocação de recursos, ampliam o acesso ao crédito, incentivam investimentos produtivos e reduzem vulnerabilidades econômicas, especialmente entre pequenas empresas e populações de baixa renda (Demirgüç-Kunt et al., 2022). A disponibilidade de instrumentos financeiros acessíveis favorece o empreendedorismo, fortalece mercados locais e amplia a capacidade das famílias de administrar riscos e investir em educação, saúde e atividades produtivas.

Sob essa perspectiva, Levine (2005) demonstra que o desenvolvimento financeiro exerce influência significativa sobre o crescimento econômico ao facilitar a mobilização da poupança, reduzir custos de informação, diversificar riscos e melhorar a eficiência da intermediação financeira. Mercados financeiros desenvolvidos permitem que recursos sejam direcionados para investimentos mais produtivos, contribuindo para o aumento da produtividade agregada e da competitividade econômica.

Mais recentemente, organismos internacionais passaram a reconhecer a inclusão financeira como uma dimensão estratégica das políticas de desenvolvimento. O Banco Mundial destaca que o acesso universal aos serviços financeiros contribui para reduzir a pobreza, promover igualdade de oportunidades e estimular o crescimento econômico inclusivo, sobretudo em economias emergentes (World Bank, 2022). Da mesma forma, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável reconhece que sistemas financeiros inclusivos fortalecem diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à erradicação da pobreza, trabalho decente, redução das desigualdades e crescimento econômico sustentável (United Nations, 2015).

Além disso, a transformação digital tem redefinido profundamente a dinâmica dos sistemas financeiros. O crescimento das fintechs, dos pagamentos digitais, das plataformas de crédito e das tecnologias de identificação eletrônica ampliou significativamente o acesso da população aos serviços financeiros, reduzindo barreiras geográficas e custos operacionais. Estudos recentes indicam que a digitalização financeira favorece especialmente pequenas empresas, trabalhadores informais e populações historicamente excluídas do sistema bancário tradicional, potencializando os efeitos do microcrédito sobre o desenvolvimento econômico (Ozili, 2023).

Dessa forma, observa-se que o conceito de desenvolvimento econômico evoluiu substancialmente ao longo das últimas décadas. A visão restrita ao crescimento da produção foi gradualmente substituída por uma compreensão multidimensional que integra fatores econômicos, sociais, institucionais, tecnológicos e humanos. Nesse contexto, North (1990) observa que o acesso ao crédito, a inclusão financeira e o fortalecimento das instituições financeiras assumem papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável, uma vez que ampliam oportunidades econômicas,

estimulam o empreendedorismo, fortalecem mercados locais e contribuem para a redução das desigualdades.

MICROCRÉDITO: ORIGEM, EVOLUÇÃO E FUNDAMENTOS

O microcrédito consolidou-se como um dos principais instrumentos de democratização do acesso ao financiamento para populações tradicionalmente excluídas do sistema financeiro formal. A sua importância transcende a simples concessão de pequenos empréstimos, uma vez que está diretamente relacionada à promoção da inclusão produtiva, ao fortalecimento do empreendedorismo de pequena escala, à geração de renda e à redução das desigualdades socioeconômicas (Neri, 2008). Yunus (2008) compreende que, ao possibilitar que indivíduos de baixa renda tenham acesso a recursos financeiros destinados à criação ou expansão de pequenos empreendimentos, o microcrédito passou a integrar as estratégias de desenvolvimento econômico adotadas por diversos países, especialmente aqueles caracterizados por elevados níveis de pobreza, informalidade e vulnerabilidade social.

Embora as iniciativas de concessão de pequenos empréstimos possuam antecedentes históricos que remontam ao século XIX, especialmente por meio das cooperativas de crédito idealizadas por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, na Alemanha, e das experiências de cooperativismo financeiro desenvolvidas em diferentes países europeus, o conceito moderno de microcrédito ganhou notoriedade a partir das experiências implementadas em Bangladesh durante a década de 1970. Conforme explica Yunus (2008), a constatação de que pequenos empréstimos poderiam modificar significativamente a realidade econômica de famílias extremamente pobres motivou a criação de um modelo financeiro alternativo, baseado na confiança, na responsabilidade coletiva e na ausência de garantias patrimoniais tradicionais.

O experimento conduzido por Muhammad Yunus demonstrou que indivíduos excluídos do mercado financeiro apresentavam elevada capacidade de pagamento quando lhes eram oferecidas condições adequadas de crédito. Diferentemente da lógica bancária convencional, que prioriza garantias reais e histórico financeiro, o modelo desenvolvido fundamentava-se no capital social, na formação de grupos solidários e na responsabilidade compartilhada entre os mutuários. Esse mecanismo reduziu

significativamente os índices de inadimplência e evidenciou que a pobreza não constitui um indicador de incapacidade financeira, mas, frequentemente, de ausência de oportunidades (Yunus, 2008).

A criação do Grameen Bank representou um marco na história das microfinanças ao demonstrar que políticas de crédito orientadas para populações vulneráveis poderiam ser financeiramente sustentáveis e socialmente transformadoras. A experiência tornou-se referência internacional, sendo posteriormente replicada em diversos países da Ásia, África, América Latina e Europa. Segundo Armendáriz e Morduch (2010), o sucesso desse modelo decorreu da combinação entre incentivos econômicos, mecanismos de monitoramento social e acompanhamento contínuo dos beneficiários, fatores que reduziram assimetrias de informação tradicionalmente presentes nas operações de crédito.

A expansão internacional do microcrédito coincidiu com profundas transformações nas concepções de desenvolvimento econômico. Durante grande parte do século XX, predominou a compreensão de que o crescimento econômico seria suficiente para promover melhorias sociais. Entretanto, autores como Sen (2010) passaram a defender que o desenvolvimento deveria ser compreendido como expansão das capacidades humanas, permitindo que os indivíduos ampliassem suas possibilidades de escolha e participação econômica. Sob essa perspectiva, o acesso ao crédito constitui uma liberdade instrumental, capaz de ampliar oportunidades produtivas, fortalecer a autonomia econômica e reduzir processos estruturais de exclusão.

Nesse contexto, o microcrédito passou a ser concebido não apenas como uma política financeira, mas como uma estratégia de desenvolvimento inclusivo. Sua finalidade ultrapassa a disponibilização de recursos monetários, envolvendo também processos de fortalecimento das capacidades produtivas, incentivo ao empreendedorismo, geração de emprego e dinamização das economias locais. Conforme destacam Ledgerwood (2013) e Robinson (2001), programas bem estruturados de microcrédito produzem efeitos multiplicadores ao estimular investimentos produtivos, aumentar a circulação de renda e favorecer o desenvolvimento de mercados locais.

O microcrédito corresponde especificamente à oferta de pequenos empréstimos destinados, predominantemente, ao financiamento de atividades produtivas desenvolvidas por microempreendedores. Já as microfinanças constituem um sistema mais abrangente, envolvendo serviços como poupança, seguros, meios de pagamento, educação financeira e outros produtos adaptados às necessidades das populações de baixa renda (Ledgerwood, 2013). Essa diferenciação tornou-se particularmente importante diante da evolução das políticas de inclusão financeira, que passaram a considerar múltiplas dimensões do acesso ao sistema financeiro.

No Brasil, o desenvolvimento das políticas de microcrédito ganhou impulso especialmente a partir da década de 1990, intensificando-se nos anos 2000 com a criação de programas públicos voltados ao fortalecimento da economia popular e dos pequenos empreendimentos. O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) consolidou uma política pública baseada na oferta de crédito acompanhada por orientação técnica aos empreendedores, buscando reduzir riscos e aumentar a eficiência da aplicação dos recursos. Segundo Neri (2008), o diferencial do microcrédito produtivo orientado reside justamente na presença do agente de crédito, cuja atuação aproxima a instituição financeira das necessidades reais dos empreendedores, reduzindo problemas de seleção adversa e risco moral.

Além do financiamento propriamente dito, a orientação técnica constitui um dos elementos centrais dos programas modernos de microcrédito. O acompanhamento realizado pelos agentes permite identificar necessidades específicas dos empreendedores, oferecer suporte gerencial e ampliar as probabilidades de sucesso dos investimentos realizados. Estudos empíricos demonstram que programas associados à capacitação financeira e empresarial apresentam resultados significativamente superior quando comparados à simples concessão de crédito (Armendáriz; Morduch, 2010).

Nas últimas duas décadas, a literatura especializada também passou a investigar de forma mais crítica os impactos do microcrédito sobre o desenvolvimento econômico. Enquanto os primeiros estudos apresentavam resultados predominantemente otimistas, pesquisas recentes indicam que seus efeitos variam conforme o contexto institucional, o perfil dos beneficiários, as condições macroeconômicas e o desenho dos programas implementados. Banerjee et al. (2015), em estudo experimental realizado em diferentes

países, observaram que o microcrédito contribui para a expansão de pequenos negócios e para o aumento dos investimentos produtivos, embora seus efeitos sobre redução da pobreza e elevação da renda sejam mais heterogêneos do que inicialmente se supunha.

Essa constatação não reduz a importância do microcrédito, mas evidencia que sua efetividade depende de sua integração com outras políticas públicas voltadas à educação, qualificação profissional, infraestrutura, inclusão digital e proteção social. Conforme argumentam Morduch e Schneider (2017), o acesso ao crédito, isoladamente, não elimina as restrições estruturais enfrentadas pelas populações de baixa renda, devendo ser compreendido como parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento econômico e inclusão social.

O avanço das tecnologias financeiras representa uma nova etapa na evolução do microcrédito. O crescimento das fintechs, das plataformas digitais de crédito e dos sistemas de pagamento eletrônico ampliou significativamente o alcance dos serviços financeiros, reduzindo custos operacionais e permitindo maior acesso de populações anteriormente excluídas do sistema bancário tradicional. A utilização de inteligência artificial, análise de dados e modelos alternativos de avaliação de risco vem transformando os critérios tradicionais de concessão de crédito, possibilitando maior eficiência na identificação da capacidade de pagamento dos tomadores e ampliando a inclusão financeira em diferentes regiões do mundo (Demirgüç-Kunt et al., 2022).

Sob a perspectiva do desenvolvimento econômico, Demirgüç-Kunt et al. (2022) analisa que o microcrédito permanece como um instrumento relevante para estimular o empreendedorismo, fortalecer economias locais e ampliar oportunidades de geração de renda. Entretanto, sua efetividade depende da existência de instituições sólidas, adequada regulação financeira, educação financeira da população e articulação com políticas públicas voltadas à redução das desigualdades. Dessa forma, o microcrédito deve ser compreendido não como uma solução isolada para a pobreza, mas como um mecanismo integrado de promoção do desenvolvimento humano, da inclusão produtiva e da expansão das capacidades econômicas dos indivíduos, contribuindo para a construção de sistemas financeiros mais inclusivos, eficientes e socialmente sustentáveis.

O IMPACTO DO MICROCRÉDITO NA ECONOMIA LOCAL E A INCLUSÃO FINANCEIRA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO

O microcrédito consolidou-se como uma das principais estratégias de promoção do desenvolvimento econômico inclusivo, especialmente em países caracterizados por elevados índices de desigualdade social, informalidade e restrições ao acesso ao sistema financeiro convencional. Contudo, seus efeitos ultrapassam a dimensão individual, repercutindo diretamente sobre a dinâmica econômica local, o fortalecimento das cadeias produtivas e a ampliação da inclusão financeira, compreendida como um elemento estruturante do desenvolvimento sustentável (Armendáriz; Morduch, 2010).

A literatura econômica destaca que o desenvolvimento econômico não pode ser reduzido ao crescimento da renda agregada, devendo incorporar aspectos relacionados à expansão das capacidades humanas, ao acesso a oportunidades e à redução das desigualdades sociais. Sen (2010) argumenta que o desenvolvimento consiste na ampliação das liberdades substantivas das pessoas, permitindo-lhes participar ativamente da vida econômica e social. O acesso ao crédito e aos serviços financeiros representa uma dessas liberdades, uma vez que possibilita investimentos em atividades produtivas, educação, saúde e melhoria das condições de vida.

O papel econômico do microcrédito fundamenta-se na superação das falhas de mercado associadas às imperfeições do sistema financeiro tradicional. Conforme demonstrado por Stiglitz e Weiss (1981), a existência de assimetria de informações dificulta a concessão de crédito para pequenos empreendedores, uma vez que as instituições financeiras enfrentam dificuldades para avaliar riscos, resultando em racionamento de crédito mesmo para projetos economicamente viáveis. O microcrédito surge justamente como alternativa a esse cenário, utilizando metodologias diferenciadas de avaliação, acompanhamento e garantia solidária que reduzem os problemas decorrentes da seleção adversa e do risco moral.

As experiências internacionais demonstram que programas de microcrédito têm potencial para estimular significativamente as economias locais. O caso do Grameen Bank, em Bangladesh, constitui um marco nesse processo. Yunus (2008) demonstrou que pequenos empréstimos destinados principalmente às mulheres de baixa renda foram capazes de promover geração de renda, fortalecimento do empreendedorismo familiar,

melhoria das condições habitacionais e incremento dos indicadores sociais das comunidades atendidas. O modelo desenvolvido pelo autor evidenciou que pessoas consideradas "não bancáveis" pelo sistema financeiro convencional apresentavam elevados índices de inadimplência quando inseridas em mecanismos de crédito adaptados às suas condições socioeconômicas.

Além da geração direta de renda, o microcrédito exerce importante efeito multiplicador sobre a economia local. Os pequenos empreendedores que obtêm financiamento investem na aquisição de equipamentos, matéria-prima, contratação de mão de obra e expansão da produção, estimulando o consumo de bens e serviços na própria comunidade. Esse processo fortalece os circuitos econômicos locais, favorece a circulação monetária e amplia a arrecadação tributária, criando um ambiente propício ao desenvolvimento regional. Schumpeter (1997) já ressaltava que o crédito desempenha papel fundamental no financiamento da inovação e do empreendedorismo, funcionando como um dos principais motores do desenvolvimento econômico ao permitir que novos agentes econômicos ingressem no mercado.

No contexto brasileiro, o microcrédito produtivo orientado tornou-se importante política pública voltada à inclusão econômica de pequenos empreendedores urbanos e rurais. Os programas implementados por instituições públicas e privadas buscaram ampliar o acesso ao financiamento para microempreendedores individuais, agricultores familiares e trabalhadores autônomos que historicamente enfrentavam barreiras ao crédito bancário tradicional. Segundo Neri (2008), a democratização do crédito contribuiu significativamente para o fortalecimento do mercado interno brasileiro, favorecendo tanto o consumo quanto os investimentos em pequenos negócios, especialmente durante o período de expansão econômica observado na primeira década do século XXI.

Entretanto, estudos recentes demonstram que os impactos do microcrédito dependem fortemente da existência de políticas complementares. Banerjee et al. (2015), em pesquisa experimental envolvendo diferentes países, verificaram que o microcrédito produz efeitos positivos sobre a criação de pequenos negócios e investimentos produtivos, embora seus resultados sobre redução imediata da pobreza sejam mais modestos do que frequentemente sugerido. Os autores ressaltam que o crédito,

isoladamente, não elimina as restrições estruturais enfrentadas pelos empreendedores, sendo necessária sua articulação com programas de capacitação, educação financeira, assistência técnica e desenvolvimento institucional.

Essa constatação aproxima-se da literatura sobre inclusão financeira, cujo conceito extrapola o simples acesso ao crédito. Conforme definido pelo Banco Mundial (World Bank, 2022), inclusão financeira corresponde à disponibilidade e utilização efetiva de produtos financeiros úteis, acessíveis, seguros e adequados às necessidades da população, incluindo contas bancárias, sistemas de pagamento, poupança, seguros e crédito. A ampliação desse acesso favorece a estabilidade financeira das famílias, reduz custos de transação, estimula investimentos e fortalece a capacidade de enfrentamento de choques econômicos.

Demirgüç-Kunt et al. (2022), utilizando dados do *Global Findex Database*, demonstram que a expansão da inclusão financeira observada na última década está diretamente associada ao crescimento das contas digitais, da bancarização e dos meios eletrônicos de pagamento. Os autores evidenciam que indivíduos financeiramente incluídos apresentam maior capacidade de poupança, planejamento financeiro e investimento em educação e atividades produtivas, fatores que repercutem positivamente sobre o desenvolvimento econômico local e nacional.

A exclusão financeira afeta desproporcionalmente populações de baixa renda, mulheres, moradores de áreas rurais e pequenos empreendedores informais. Quando essas populações passam a acessar serviços financeiros formais, ampliam-se suas oportunidades econômicas e sua capacidade de acumulação patrimonial. Nesse sentido, Sen (2010) enfatiza que a expansão das oportunidades econômicas constitui elemento central da justiça social e do desenvolvimento humano, pois amplia as possibilidades reais de escolha dos indivíduos.

A transformação digital dos sistemas financeiros também vem alterando significativamente o cenário da inclusão financeira. O crescimento das fintechs, dos bancos digitais, dos pagamentos instantâneos e das plataformas eletrônicas reduziu custos operacionais e expandiu a oferta de serviços financeiros para regiões anteriormente desassistidas. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2023), a digitalização financeira tem contribuído

para diminuir barreiras geográficas, aumentar a concorrência entre instituições financeiras e favorecer a oferta de produtos mais acessíveis para pequenas empresas e consumidores de baixa renda.

No Brasil, iniciativas como a expansão do sistema de pagamentos instantâneos, a digitalização bancária e a criação de mecanismos regulatórios voltados às fintechs ampliaram significativamente o acesso da população ao sistema financeiro formal (Neri, 2008). Essa evolução favorece o desenvolvimento dos programas de microcrédito, uma vez que reduz custos administrativos, facilita a análise de crédito baseada em dados alternativos e amplia o acompanhamento das operações financeiras. Além disso, a integração entre inovação tecnológica e inclusão financeira fortalece o ambiente empreendedor, especialmente entre micro e pequenas empresas.

Todavia, a literatura também identifica importantes limitações. O excesso de endividamento, a cobrança de taxas de juros elevadas em determinadas modalidades de microcrédito, a baixa educação financeira e a ausência de acompanhamento técnico podem comprometer os benefícios esperados dessas políticas. Armendáriz e Morduch (2010) alertam que programas de microfinanças precisam equilibrar sustentabilidade financeira e missão social, evitando que a busca por rentabilidade reduza seu potencial de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, a efetividade do microcrédito depende da construção de um ecossistema institucional capaz de integrar crédito, capacitação empresarial, educação financeira, inovação tecnológica e políticas públicas de desenvolvimento regional. North (1990) ressalta que instituições eficientes reduzem custos de transação e criam incentivos favoráveis ao investimento produtivo, potencializando os impactos das políticas econômicas sobre o crescimento e o desenvolvimento. Assim, o fortalecimento institucional constitui elemento indispensável para que o microcrédito produza efeitos sustentáveis sobre as economias locais.

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS: FINTECHS E INOVAÇÃO FINANCEIRA

A transformação digital do sistema financeiro representa uma das mais significativas mudanças estruturais observadas nas últimas décadas, alterando

profundamente a forma como indivíduos, empresas e governos acessam, utilizam e gerenciam produtos e serviços financeiros. Nesse contexto, as fintechs emergem como protagonistas de um novo paradigma econômico, caracterizado pela integração entre tecnologia, inovação e finanças, promovendo maior eficiência, redução de custos de transação e ampliação da inclusão financeira. Philippon (2016) compreende que as fintechs são organizações que utilizam recursos tecnológicos avançados, como inteligência artificial, computação em nuvem, big data, blockchain e aprendizado de máquina, para desenvolver soluções capazes de democratizar o acesso ao sistema financeiro, especialmente entre populações historicamente excluídas dos serviços bancários tradicionais.

Sob a perspectiva da economia da inovação, Schumpeter (1982) já defendia que o desenvolvimento econômico decorre da capacidade dos agentes econômicos em introduzir novas combinações produtivas, responsáveis por romper o equilíbrio dos mercados e estimular ciclos de crescimento. Embora suas análises tenham sido elaboradas em um contexto histórico anterior à economia digital, seus fundamentos permanecem plenamente aplicáveis ao cenário contemporâneo, no qual as fintechs desempenham o papel de agentes inovadores capazes de transformar estruturas consolidadas do setor financeiro.

Essa transformação também pode ser compreendida à luz da teoria dos custos de transação desenvolvida por Coase (1937) e posteriormente aprofundada por Williamson (1985). Segundo esses autores, as organizações buscam continuamente mecanismos capazes de reduzir os custos envolvidos nas relações econômicas. As fintechs materializam esse princípio ao automatizarem processos anteriormente burocráticos, diminuindo custos operacionais, reduzindo assimetrias de informação e acelerando operações financeiras por meio de plataformas digitais (Tapscott; Tapscott, 2016). Consequentemente, ocorre maior eficiência alocativa dos recursos financeiros, favorecendo tanto consumidores quanto pequenos empreendedores.

A inovação financeira proporcionada pelas fintechs manifesta-se em diferentes segmentos do mercado. Destacam-se plataformas digitais de crédito, bancos exclusivamente digitais, sistemas de pagamentos instantâneos, crowdfunding, empréstimos peer-to-peer (P2P Lending), investimentos automatizados (robo-advisors),

seguros digitais (insurtechs) e soluções voltadas à gestão financeira empresarial. Cada uma dessas modalidades amplia o alcance dos serviços financeiros, reduz custos e promove maior competitividade no mercado financeiro (Philippon, 2016).

No âmbito do microcrédito, a atuação das fintechs representa uma ruptura significativa em relação aos modelos tradicionais de concessão de crédito. Historicamente, a avaliação de risco baseava-se predominantemente em garantias patrimoniais e no histórico bancário dos clientes, fatores que excluía milhões de pessoas do mercado formal de crédito. Com o avanço da inteligência artificial e da análise de grandes volumes de dados (big data), tornou-se possível construir modelos alternativos de avaliação de crédito, considerando variáveis comportamentais, padrões de consumo, movimentações financeiras digitais e histórico de pagamentos eletrônicos. Essa inovação amplia significativamente a capacidade das instituições financeiras em conceder crédito a indivíduos anteriormente considerados de alto risco (Arner; Barberis; Buckley, 2016).

Nesse sentido, a inclusão financeira ganha nova dimensão ao incorporar ferramentas tecnológicas capazes de reduzir desigualdades no acesso aos serviços financeiros. Conforme destacam Demirgüç-Kunt et al. (2022), a expansão das tecnologias digitais permitiu que milhões de pessoas em países em desenvolvimento passassem a utilizar contas digitais, carteiras eletrônicas e meios eletrônicos de pagamento, reduzindo significativamente os índices de exclusão financeira observados nas décadas anteriores. Segundo os autores, a digitalização financeira constitui atualmente um dos principais vetores de inclusão econômica em nível global.

O avanço das fintechs também está diretamente relacionado ao fortalecimento do empreendedorismo, especialmente entre micro e pequenos empresários. O acesso facilitado ao crédito, aliado à redução da burocracia e à rapidez na análise de propostas, permite que empreendedores obtenham recursos financeiros em menor tempo e com menor custo administrativo. Essa facilidade torna-se particularmente relevante em economias emergentes, onde pequenas empresas frequentemente enfrentam dificuldades para acessar linhas tradicionais de financiamento. Assim, a inovação financeira contribui para ampliar investimentos produtivos, estimular a geração de empregos e fortalecer economias locais (Beck; Demirgüç-Kunt; Levine, 2007).

Além disso, a digitalização dos pagamentos representa outro importante avanço associado às fintechs. A substituição gradual do dinheiro em espécie por meios eletrônicos proporciona maior segurança nas transações, reduz custos operacionais e amplia a rastreabilidade das operações financeiras. No Brasil, a implementação do sistema PIX exemplifica como a inovação tecnológica pode promover significativa expansão da inclusão financeira, permitindo transferências instantâneas de baixo custo e facilitando a inserção de pequenos comerciantes e trabalhadores autônomos na economia digital (Sampaio; Ferreira; Securato, 2025). Esse processo favorece a formalização econômica e fortalece os mecanismos de arrecadação tributária, além de ampliar o acesso ao crédito mediante a construção de históricos financeiros digitais.

O Open Finance, modelo baseado no compartilhamento padronizado de informações financeiras entre diferentes instituições autorizadas pelos próprios clientes, pode ser considerada uma inovação que reduz a concentração de informações nas grandes instituições bancárias e aumenta a concorrência no setor financeiro, possibilitando ofertas mais personalizadas e competitivas (Zetzsche et al. 2020). Ainda segundo Zetzsche et al. (2020), o Open Finance representa uma mudança estrutural na arquitetura do sistema financeiro mundial, estimulando inovação contínua e maior eficiência na prestação de serviços financeiros.

A utilização de blockchain e contratos inteligentes também amplia as possibilidades de inovação financeira. Essas tecnologias permitem registros descentralizados, seguros e transparentes das transações, reduzindo riscos de fraude e aumentando a confiança entre os agentes econômicos. Embora sua aplicação ainda esteja em expansão, observa-se crescente utilização em operações de crédito, remessas internacionais, gestão de ativos e financiamento coletivo. Tapscott e Tapscott (2016) argumentam que o blockchain possui potencial para redefinir completamente as infraestruturas financeiras globais, promovendo maior descentralização e democratização do acesso aos serviços financeiros.

Apesar dos avanços observados, a expansão das fintechs também impõe importantes desafios regulatórios. A rápida evolução tecnológica frequentemente supera a capacidade dos marcos regulatórios tradicionais em acompanhar as inovações introduzidas pelo mercado. Questões relacionadas à proteção de dados pessoais,

segurança cibernética, prevenção à lavagem de dinheiro, proteção do consumidor e estabilidade financeira exigem constante atualização das normas regulatórias. Nesse contexto, organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Conselho de Estabilidade Financeira, têm enfatizado a necessidade de equilibrar inovação e segurança regulatória, preservando tanto o dinamismo tecnológico quanto a estabilidade do sistema financeiro (World Bank, 2022).

Ainda que as fintechs ampliem significativamente o acesso aos serviços financeiros, parcela da população ainda enfrenta limitações relacionadas à infraestrutura tecnológica, acesso à internet, alfabetização digital e disponibilidade de dispositivos eletrônicos. Essa realidade demonstra que a inclusão financeira digital depende não apenas da existência de soluções tecnológicas, mas também da implementação de políticas públicas voltadas à inclusão digital, educação financeira e ampliação da conectividade, especialmente em regiões periféricas e rurais (OECD, 2023).

Sob uma perspectiva futura, observa-se que a convergência entre inteligência artificial, análise preditiva, computação em nuvem, internet das coisas e finanças abertas tende a ampliar ainda mais a personalização dos serviços financeiros. Zetzsche et al. (2020) compreendem que esses sistemas inteligentes serão capazes de oferecer produtos adaptados ao perfil de risco, comportamento financeiro e objetivos individuais dos usuários, aumentando a eficiência na alocação de recursos e reduzindo assimetrias de informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento econômico constitui um processo complexo e multidimensional, cuja concretização depende da articulação entre crescimento produtivo, inclusão social, fortalecimento institucional e ampliação das oportunidades econômicas para a população. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar o contributo do microcrédito e da inclusão financeira para o desenvolvimento econômico, considerando seus fundamentos teóricos, sua evolução histórica e suas implicações no cenário contemporâneo. A partir da revisão da literatura, constatou-se que o acesso aos serviços financeiros deixou de ser compreendido apenas como uma questão bancária, passando a representar um importante mecanismo de promoção da

cidadania econômica, redução das desigualdades e fortalecimento da capacidade produtiva dos indivíduos e das organizações.

A análise desenvolvida permitiu verificar que o microcrédito desempenha papel relevante como instrumento de inclusão produtiva, especialmente ao possibilitar que microempreendedores, trabalhadores autônomos e populações historicamente excluídas do sistema financeiro formal obtenham acesso a recursos destinados ao financiamento de atividades econômicas. Os resultados da literatura também evidenciam que seus impactos dependem da existência de políticas complementares, como educação financeira, capacitação empreendedora, acompanhamento técnico e condições adequadas de financiamento, uma vez que o crédito, isoladamente, não é suficiente para assegurar desenvolvimento econômico sustentável.

Do mesmo modo, verificou-se que a inclusão financeira possui abrangência mais ampla que o simples acesso ao crédito, envolvendo a disponibilidade e o uso efetivo de serviços financeiros essenciais, como contas bancárias, meios eletrônicos de pagamento, poupança, investimentos e seguros. A expansão desses serviços amplia a capacidade de planejamento financeiro das famílias, fortalece a segurança econômica, reduz custos de transação e favorece a formalização das atividades produtivas. Sob essa perspectiva, a inclusão financeira constitui um elemento estratégico para a construção de economias mais resilientes, eficientes e socialmente inclusivas.

A consolidação das fintechs, da inteligência artificial, da análise de grandes volumes de dados, do Open Finance, do blockchain e dos meios digitais de pagamento vem redefinindo os modelos tradicionais de intermediação financeira. Essas inovações ampliam significativamente o alcance dos serviços financeiros, reduzem barreiras de entrada, promovem maior competitividade entre as instituições e possibilitam o desenvolvimento de soluções mais acessíveis para diferentes segmentos da população. Nesse cenário, a tecnologia configura-se como importante catalisadora da inclusão financeira e do desenvolvimento econômico, desde que acompanhada por estruturas regulatórias adequadas, segurança digital e políticas voltadas à redução das desigualdades de acesso às tecnologias.

Os resultados apresentados também demonstram que persistem importantes desafios para a efetividade dessas políticas. Barreiras relacionadas à exclusão digital, à

baixa educação financeira, às limitações regulatórias, ao elevado custo do crédito em determinados mercados e às desigualdades socioeconômicas ainda restringem o potencial transformador do microcrédito e da inclusão financeira. Além disso, torna-se necessário fortalecer mecanismos de proteção ao consumidor financeiro, ampliar a transparência das operações, garantir a segurança dos dados pessoais e estimular práticas de concessão responsável de crédito, evitando processos de superendividamento que possam comprometer os benefícios esperados dessas iniciativas.

Diante desse panorama, conclui-se que o microcrédito e a inclusão financeira constituem instrumentos estratégicos para a promoção do desenvolvimento econômico contemporâneo, sobretudo quando integrados a políticas públicas voltadas ao fortalecimento institucional, à inovação tecnológica, à educação financeira e ao empreendedorismo. Sua efetividade, contudo, depende de uma abordagem sistêmica que considere simultaneamente aspectos econômicos, sociais, tecnológicos e regulatórios, permitindo que os benefícios da expansão dos serviços financeiros alcancem diferentes grupos sociais de maneira equitativa e sustentável.

Por fim, reconhece-se que esta pesquisa apresenta limitações inerentes à natureza bibliográfica do estudo, não contemplando análises empíricas sobre programas específicos de microcrédito ou experiências locais de inclusão financeira. Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras desenvolvam investigações quantitativas e estudos de caso capazes de avaliar, em diferentes contextos regionais e nacionais, os impactos concretos das políticas de microfinanças, das fintechs e da digitalização financeira sobre indicadores de desenvolvimento econômico, geração de renda, redução das desigualdades e fortalecimento da inclusão social. Dessa forma, será possível aprofundar a compreensão acerca dos mecanismos pelos quais a inovação financeira pode contribuir para a construção de sistemas econômicos mais inclusivos, resilientes e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ARMENDÁRIZ, Beatriz; MORDUCH, Jonathan. **The economics of microfinance**. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 2010.

ARNER, Douglas W.; BARBERIS, Janos; BUCKLEY, Ross P. The evolution of Fintech: a new post-crisis paradigm. **Georgetown Journal of International Law**, Washington, v. 47, n. 4, p. 1271-1319, 2016.

BANERJEE, Abhijit et al. The miracle of microfinance? Evidence from a randomized evaluation. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 7, n. 1, p. 22-53, 2015.

BECK, Thorsten; DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; LEVINE, Ross. Finance, inequality and the poor. **Journal of Economic Growth**, New York, v. 12, n. 1, p. 27-49, 2007.

COASE, Ronald H. **The nature of the firm**. Economica, London, v. 4, n. 16, p. 386-405, 1937.

DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli et al. **The Global Findex Database 2021: Financial Inclusion, Digital Payments, and Resilience in the Age of COVID-19**. Washington, DC: World Bank, 2022.

HIRSCHMAN, Albert O. **The Strategy of Economic Development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

LEDGERWOOD, Joanna. **The new microfinance handbook: a financial market system perspective**. Washington, DC: World Bank, 2013.

LEVINE, Ross. Finance and growth: theory and evidence. In: AGHION, Philippe; DURLAUF, Steven N. (org.). **Handbook of Economic Growth**. Amsterdam: Elsevier, 2005. v. 1, p. 865-934.

LEWIS, W. Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour. **The Manchester School**, Manchester, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.

MORDUCH, Jonathan; SCHNEIDER, Rachel. **The financial diaries: how American families cope in a world of uncertainty**. Princeton: Princeton University Press, 2017.

NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NURKSE, Ragnar. **Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries**. Oxford: Basil Blackwell, 1953.

OECD. **OECD Business and Finance Outlook 2023**. Paris: OECD Publishing, 2023.

OZILI, Peterson K. Financial inclusion research around the world: a review. **Forum for Social Economics**, v. 52, n. 4, p. 457-479, 2023.

PHILIPPON, Thomas. **The FinTech opportunity**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2016. (NBER Working Paper, n. 22476).

RICARDO, David. **On the Principles of Political Economy and Taxation**. London: John Murray, 1817.

ROBINSON, Marguerite S. **The microfinance revolution: sustainable finance for the poor**. Washington, DC: World Bank, 2001.

ROSENSTEIN-RODAN, Paul N. Problems of industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe. **The Economic Journal**, London, v. 53, n. 210-211, p. 202-211, 1943.

SAMPAIO, H. A.; FERREIRA, A. B.; SECURATO, J. R. O impacto do PIX nos meios de pagamento no Brasil. **Revista Científica Hermes - Fipen**, v. 37, n. 1, p. 44-59, 2025. DOI: 10.21710/rch.v37i1.769. Disponível em: <https://revistahermes.com.br/index.php/hermes1/article/view/769>. Acesso em: 3 jul. 2026.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Obra original publicada em 1776.

STIGLITZ, Joseph E.; WEISS, Andrew. Credit rationing in markets with imperfect information. **The American Economic Review**, v. 71, n. 3, p. 393-410, 1981.

TAPSCOTT, Don; TAPSCOTT, Alex. **Blockchain revolution**: how the technology behind Bitcoin is changing money, business, and the world. New York: Portfolio, 2016.

UNITED NATIONS. **Transforming our world**: the 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: United Nations, 2015.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report 2023/2024**. New York: UNDP, 2024.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

WORLD BANK. **World Development Report 2022**: Finance for an Equitable Recovery. Washington, DC: World Bank, 2022.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza**: a empresa social e o futuro do capitalismo. São Paulo: Ática, 2008.

ZETZSCHE, Dirk A. et al. Decentralized finance (DeFi). **Journal of Financial Regulation**, Oxford, v. 6, n. 2, p. 172-203, 2020.

Submissão: fevereiro de 2026. Aceite: março de 2026. Publicação: julho de 2026.